



História Unisinos

ISSN: 2236-1782

efleck@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Brasil

Langaro, Jiani Fernando
Entre viagens e narrativas de “desnacionalização”: a fronteira
brasileira com a Argentina e o Paraguai nas décadas de 1920 a 1940
História Unisinos, vol. 23, núm. 3, 2019, Septiembre-, pp. 356-366
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=579865457005>

- Cómo citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Información Científica Redalyc

Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal
Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso
abierto

Entre viagens e narrativas de desnacionalização: a fronteira brasileira com a Argentina e o Paraguai nas décadas de 1920 a 1940

Between travels and narratives about denationalization: the Brazilian
border with Argentina and Paraguay from the 1920s to the 1940s

Jiani Fernando Langaro¹

jflangaro@ufg.br

Resumo: O texto analisa livros escritos por viajantes – em sua maioria políticos do estado do Paraná e militares oriundos do Rio de Janeiro – que estiveram no oeste paranaense (região fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina) na primeira metade do século XX e construíram um enredo que trata o local a partir da temática da desnacionalização da fronteira. O artigo defende que essa visão nacionalista – que denunciava a ausência de brasilidade na região em razão da grande presença de imigrantes argentinos e paraguaios e da predominância dos idiomas espanhol e guarani – não pode ser tomada como narrativa única, pois havia diferentes perspectivas e formas de construir posições sobre o nacional, devidamente articuladas com as relações sociais vividas pelos diferentes viajantes, intimamente conectados com os projetos gestados para o país.

Palavras-chave: tríplice fronteira, paraguaios, fronteiriços, oeste do Paraná, sertão.

Abstract: The article analyzes books written by travelers – most of them politicians of the state of Paraná and militaries from Rio de Janeiro – who traveled to West Paraná, the border region between Brazil, Paraguay and Argentina, during the first half of the 20th century and built narratives that treat the place based on the theme of denationalization of the border. The article argues that this nationalist view – which denounced the absence of Brazilian nationality on the border, motivated by the strong presence of Argentine and Paraguayan immigrants and the predominant use of the Spanish and Guarani languages – can't be understood as a uniform discourse, since there were different ways to elaborate and hold national positions, all of them articulated with the social relationships experienced by the different travelers and connected with the projects idealized for the country.

Keywords: Tripe Border, Paraguayans, border people, West Paraná, wilderness.

Introdução

As memórias públicas² do oeste do estado do Paraná – região brasileira na fronteira com a Argentina e o Paraguai – reservam um espaço especial para as lembranças da primeira metade do século XX, que constroem um cenário

¹ Universidade Federal de Goiás (UFG). Faculdade de História. Avenida Esperança s/n., Câmpus Samambaia. 74690-900. Goiânia, Goiás, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-2048-2927>

² Por "memórias públicas" entendemos aquelas recordações que circulam no espaço público e ganham projeção política. Tais recordações geralmente são fruto de projetos e ações culturais e integram jornais, revistas, livros de memórias, cultura material, programas de rádio e televisão, dentre outros meios de difusão para o grande público, fomentando o debate político na sociedade. O conceito foi buscado no Grupo Memória Popular (2004) e serviu de inspiração para minha tese de doutoramento (Langaro, 2012), que problematiza a construção de memórias públicas no oeste paranaense.

fronteiriço extremamente negativo. Em tal enredo, o lado limítrofe brasileiro seria um sertão³ bruto, pouco povoado, carente de progresso econômico e desnacionalizado, ou seja, desprovido de sentimentos nacionais brasileiros (a brasilidade). Em alguns casos chega-se a tratar tal período como de invasão estrangeira (Bragagnollo *et al.*, 1988). A região, nessas narrativas, também seria incivilizada, um lugar onde reinam a violência, o trabalho em regime de semisservidão e a exploração predatória dos recursos naturais. Como elemento-síntese de todo este quadro estariam as obragens, latifúndios de exploração de erva-mate e de madeira apresentados como propriedades estrangeiras, geralmente de argentinos, que exploravam trabalhadores paraguaios.⁴

Desconfiando de que tais noções não são recentes, o artigo busca historicizar a construção desses clichês sobre a região, voltando-se principalmente para princípios do século XX, tomando como fonte livros de viajantes que estiveram na região nesse período, em sua maioria políticos oriundos da capital do estado do Paraná e militares em missões saídas do Rio de Janeiro. Buscamos estudar nesses textos os olhares lançados sobre a fronteira e o modo como seus autores lidavam com as construções nacionais em face da diversidade cultural existente nos limites do país.⁵

Progresso e brasilidade: leituras canônicas sobre o oeste paranaense na primeira metade do século XX

Nas memórias de viagem à região, temas como o pretenso isolamento e abandono da fronteira, que a relegariam ao domínio estrangeiro, são recorrentes. De acordo com Antônio Marcos Myskiw (2009, p. 54-57), tais temas já constam na obra de Domingos Nascimento (1903), intitulada *Pela fronteira*. Nascimento era um militar incumbido de fiscalizar as colônias militares de Chopim, Chapecó e Foz do Iguaçu – todas próximas à fronteira com a Argentina e o Paraguai. Na volta da

viagem, Nascimento publicou *Pela fronteira*, com o qual venceu um concurso lançado pela Sociedade Estadual de Agricultura em comemoração aos 50 anos de criação do Paraná (Myskiw, 2009, p. 54-57). O militar atuava também como jornalista e escritor, tinha fama de homem polêmico e independente, era prestigiado na capital e fazia parte dos grupos dominantes e letrados do estado (Myskiw, 2009, p. 52). Sua obra certamente contribuiu para divulgar e, consequentemente, fortalecer o enredo sobre os problemas das fronteiras do sul do Brasil e a relação com os países vizinhos.

Entretanto, esse não foi o primeiro livro a tratar do assunto, pois ainda no século XIX encontramos, de José Cândido da Silva Muricy, *À Foz do Iguassú: Ligeira descrição de uma viagem feita de Guarapuava à colônia da Foz do Iguassú em novembro de 1892* (1896).⁶ Filho de uma das famílias integrantes da elite letrada do Paraná, Muricy fez carreira militar no Rio de Janeiro e, após participar da Proclamação da República, recebeu um cargo na Comissão de Estradas Estratégicas do estado, com sede em Guarapuava (Myskiw, 2009, p. 43-52). A viagem empreendida à fronteira em 1892 tinha entre seus objetivos fiscalizar a manutenção da picada que permitia o contato de Guarapuava com a Colônia Militar de Foz do Iguaçu (Muricy, 1896, p. 3-4). Além de relatar as dificuldades enfrentadas no sertão, os desafios para manter aberta a picada em meio à densa mata e demais elementos encontrados durante a viagem, Muricy também se preocupou em narrar a preponderância argentina na região fronteiriça do rio Paraná e dar visibilidade ao desenvolvimento econômico da cidade de Posadas. A obra lançou as bases para a construção de um paradigma exploratório da fronteira, que a via como fragilizada diante das iniciativas de desenvolvimento empreendidas por países vizinhos.⁷

A perspectiva nacionalista, no entanto, afloraria de maneira mais incisiva na sociedade brasileira a partir da década de 1920, como um dos desdobramentos da participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial. De acordo com João Fábio Bertanha (2011), o país saiu do conflito com a sensação de ter entrado no rol das grandes potências

³ “Sertão” é um termo recorrente no Brasil, utilizado para definir regiões pouco habitadas, distantes dos grandes centros e do litoral. A concepção de sertão mais próxima à encontrada em nossa pesquisa é a trabalhada por Laura Antunes Maciel (1998) em seu estudo sobre as imagens da Comissão Rondon e os clichês construídos por seus integrantes, em sua maioria militares, no projeto de expansão do telégrafo pelas regiões do interior e da fronteira oeste brasileira.

⁴ Entre as empresas que atuavam na região encontramos a Companhia Mate Laranjeira (embora a maioria das terras exploradas por ela se encontrassem no território do atual estado de Mato Grosso do Sul), uma das maiores do país no período, fundada e administrada por brasileiros em sociedade com capitais estrangeiros. A maioria de nossas fontes lida de maneira complexa com essa empresa, visto que em algumas narrativas ela é considerada obragem, enquanto em outras é excluída dessa categorização ou simplesmente ignorada. Para uma história econômica da empresa, ver Queiroz (2015).

⁵ Ao trabalhar com esta fonte, utilizamos a metodologia adotada por E. P. Thompson (1998) em *Costumes em comum*, livro em que analisa a obra de folcloristas. Como o autor, tomamos criticamente o olhar dos viajantes e utilizamos os livros que eles escreveram para compreender a realidade narrada sem incorporar sua perspectiva e juízos de valor. Também utilizamos o método empregado por José Carlos Barreiro (2002) em *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX*, semelhante ao de Thompson, e que nos alerta para como os valores dos viajantes funcionam como um filtro para compreender as dinâmicas culturais dos grupos sociais por eles observados, não se podendo tomar suas impressões de forma literal.

⁶ Optamos por transcrever fielmente os títulos e os conteúdos dos livros (nas citações diretas), mantendo a ortografia de época e eventuais erros de escrita ou edição.

⁷ Evocamos as obras de Nascimento (1903) e de Muricy (1896) neste texto não como forma de estabelecer uma origem para o enredo de desnacionalização da fronteira, mas para evidenciar que perspectivas nacionalistas datam de períodos anteriores ao recorte temporal com que optamos trabalhar neste artigo. Para uma análise mais aprofundada da obra de Muricy, ver Langaro (2018b).

mundiais, colocando-se militarmente em outro patamar que não mais o de quem competia com os vizinhos sul-americanos. Entretanto, havia a consciência das graves limitações do Brasil, que por dificuldades tecnológicas e militares pouco pôde contribuir ao lado dos Aliados na conflagração mundial. Ao longo do conflito e do período que se seguiu, debateram-se intensamente as questões nacionais. Entrava na ordem do dia a necessidade de fomentar a identidade nacional e o patriotismo entre os jovens brasileiros, e para tanto cogitou-se o uso de diferentes recursos, como a ampliação do alistamento militar e o acesso à educação e ao voto. Conforme frisa Monica Pimenta Velloso (2003), após o conflito, dois temas entraram em pauta: a necessidade de modernizar o país e de pensar o nacional.

Os anos 1920 conformam um contexto diferente daquele da passagem do século XIX para o século XX, em que o assunto em pauta era a consolidação da república e a disputa – violenta, inclusive – entre diferentes projetos republicanos (Carvalho, 1990; Janotti, 2007; Resende, 2003), que em dado momento opunha civis e militares, embora não fosse possível dividi-los em blocos homogêneos. Os civis se imputavam a missão de impedir uma ditadura militar no Brasil, ao passo que os militares procuravam consolidar um projeto de nação baseado na conquista e na garantia de territórios e fronteiras, bem como na integração nacional, algo que narrativas como as de Nascimento (1903) ou experiências como as da Comissão Rondon atestam bem.⁸

Também diferente dos anos 1920 é o contexto da década de 1930, quando as forças que propugnavam a modernização do Estado e a construção de um novo projeto nacional assumiram o comando do país em disputa interna pela direção do movimento (Ferreira e Pinto, 2003), interrompida pelo golpe do Estado Novo, que instalou a ditadura de Getúlio Vargas.⁹ A partir disso, intensificou-se um nacionalismo autoritário, inclusive com repressão a grupos imigrantes, intensificada durante a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial.¹⁰

Os autores analisados neste texto fazem parte deste contexto e seus desdobramentos, embora tenham ocupado lugares sociais diversos e vivido em momentos históricos diferentes. Mesmo produzidos a partir de abordagens regionais, seus relatos se inserem em um debate mais amplo sobre o nacional e a necessidade de desenvolver o Brasil econômica e tecnologicamente.

Entre as décadas de 1920 e de 1930, surgem duas obras emblemáticas sobre a fronteira: *Oeste Paranaense*, de Lima Figueiredo (1937), e *Sertões do Iguassú*, de Cesar Pietro Martinez (1925). Essas obras foram de certa forma canonizadas pela historiografia regional, que as cita recorrentemente.¹¹

José de Lima Figueiredo fez carreira no Exército entre os anos 1920 e 1950, escreveu muitas obras para a Biblioteca Militar e atuou na formação ideológica das Forças Armadas, auxiliando na organização da revista militar *A Defesa Nacional*, publicada a partir de 1913. Ele possuía uma linha nacionalista, inspirada, em termos teóricos, no Exército alemão (Freitag, 2001, p. 70). O autor também foi colaborador da *Revista Brasileira de Geografia*, de cuja comissão de publicações era integrante. Politicamente, Freitag (2001, p. 69) o caracteriza como alguém que “viveu a experiência de um brasileiro identificado com o ideário estadonovista”. Ainda de acordo com a autora, a viagem de Lima Figueiredo pela região ocorreu em 1936,¹² quando foi chefe de uma expedição que visava reconhecer o local (Freitag, 2007, p. 90). A publicação de *Oeste Paranaense* coincidiu com o programa Marcha para o Oeste¹³ do governo Vargas, o que talvez tenha influenciado a escolha do título.

Sobre Cesar Pietro Martinez (1925) possuímos menos informações. Na década de 1920, Martinez ocupava o cargo de secretário estadual de Instrução Pública, durante o governo de Caetano Munhoz da Rocha. Em 1924, empreendeu viagem ao oeste do estado, a fim de inspecionar as escolas e de acertar detalhes da política estadual de expansão da educação (Wachowicz, 1982).

⁸ Segundo Maciel (1998), a Comissão Rondon almeja muito mais do que levar linhas de telégrafo para os sertões e fazer o reconhecimento das regiões fronteiriças. Tratava-se de um projeto de integração e de modernização nacional, que pretendia inclusive transformar as práticas agrícolas das populações sertanejas, visando implementar uma agricultura geradora de excedentes comercializáveis.

⁹ Maria Helena Rolim Capelato (2007b) alerta que o golpe do Estado Novo não deve ser visto como desdobramento natural e previsível da Revolução de 1930. Para ela, a ditadura varguista representou o triunfo de uma das possibilidades existentes na época, em detrimento de outros projetos políticos. Além disso, Capelato (2007a) adverte contra a perspectiva simplificadora que vê a ideologia do Estado Novo como fascismo brasileiro. Ela defende que o nazifascismo foi sim uma das influências políticas que auxiliou a plasmar o autoritarismo varguista, mas não a única, frisando que o regime não conseguiu efetivar muitos de seus intentos autoritários. Sobre o Estado Novo, ver Capelato (2007a, 2007b) e Lenharo (1986).

¹⁰ A historiografia sobre a repressão imposta pelo Estado Novo aos imigrantes é vasta. Dentre os inúmeros trabalhos que poderíamos citar, destacamos dois: o de Frotscher (2007), sobre a repressão da ditadura varguista aos imigrantes alemães em Santa Catarina, e o de Perazzo (2009), que trata da política de formação e manutenção de campos de concentração no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial, com imigrantes oriundos de países inimigos.

¹¹ Entre os trabalhos que citam pelo menos um dos autores indicados, estão: Bragagnollo *et al.* (1988); Colodel (1988, 1992); Freitag (2001, 2007); Miskiw (2009); Wachowicz (1982).

¹² Quanto à data, há controvérsias, pois no relato da visita ao povoado de Laranjeiras, Figueira observa a população discutindo as eleições. Conforme aponta, o grupo se dividia entre partidários de Julio Prestes e de Getúlio Vargas, elemento que indica a presença do militar na região em 1930. Em outro momento, o autor destaca que fez ao menos duas viagens para a região, embora sua narrativa se estruture como se tivesse realizado apenas uma (Figueiredo, 1937).

¹³ De cunho nacionalista, a Marcha para o Oeste pretendia integrar e preencher diferentes territórios brasileiros considerados vazios populacionais – desconsiderando os indígenas, por exemplo – a fim de unificar o país dentro de um sentido de nação. Entendia-se que um dos grandes problemas do Brasil era sua insularidade, ou seja, os pontos ocupados não formavam um *continuum* ao longo do território. Como solução, apresentavam-se a migração e a formação de colônias nas regiões a oeste do país (Freitag, 2007, p. 27-44).

Na obra dos dois autores, as passagens sobre a desnacionalização da fronteira são marcantes. Em uma dessas passagens, Lima Figueiredo discorre acerca de conversas travadas no hotel em que ficou hospedado, na cidade fronteiriça de Guaíra.¹⁴ Nesse momento, o autor aponta que um funcionário federal destacava a heterogeneidade como entrave ao desenvolvimento da região, chamando a atenção para a falta de cultura brasileira naqueles locais: “A melodiosa língua portuguesa ha muitos dias não era ouvida, ao passo que o guarani e o castelhano feriam o seu timpano [do funcionário federal] durante todos os instantes, como si em extranha terra estivesse” (Figueiredo, 1937, p. 149). A partir dessas colocações, Figueiredo (1937, p. 149) se revolta:

Todos esses fatos revoltaram o meu coração de patriota e cheguei a desejar mal àquela linda terra, que só no mapa é brasileira. É mistér abrasileirar aquele rincão, fazendo com que a nossa língua seja falada obrigatoriamente, os nossos costumes introduzidos e a moeda nacional, circulando de mão em mão, substitua a estrangeira (Figueiredo, 1937, p. 149).

Em um momento de ira, Lima Figueiredo se revolta com a desnacionalização da fronteira e propõe medidas para reverter tal quadro. Ainda, é preciso sublinhar que, embora o Brasil vivesse sob o governo Vargas, de forte tendência nacionalista, e Figueiredo compartilhasse desses ideais, sua obra não pode ser reduzida a um libelo contra a desnacionalização da fronteira. Até essa passagem do livro, a pluralidade cultural de toda a fronteira (não apenas do que atualmente é o oeste do Paraná, mas também do que é o sudoeste do estado) aparece mais sob a perspectiva de características ou peculiaridades locais. A missa poliglota assistida nos arredores de Foz do Iguaçu não parece incomodá-lo (Figueiredo, 1937, p. 87), e as colônias de imigrantes europeus e descendentes são vistas como símbolos de progresso (Figueiredo, 1937, p. 84). Em Curitiba, capital paranaense, Figueiredo (1937, p. 15) considera a mistura de línguas como traço da fusão cultural brasileira com os imigrantes. O que o revolta, portanto, parece ser a falta da hegemonia do Estado brasileiro naquela região que, por sinal, já havia sido contestada pela Argentina em tempos pretéritos.¹⁵ Como militar, pode ser que essa falta

de hegemonia o fizesse temer pela integridade territorial do país.

Todavia, as impressões nacionalistas de Figueiredo se fortalecem ao longo do tempo e se tornam mais incisivas em *Cidades e Sertões* (1941), publicado para a Biblioteca Militar no auge do Estado Novo. No livro, Figueiredo republica fragmentos de *Oeste Paranaense* em forma de capítulos. No entanto, ao abordar a cidade de Foz do Iguaçu, elabora todo um conteúdo novo, que caracteriza a cidade a partir da desnacionalização fronteiriça (Figueiredo, 1941, p. 53-56). Podemos afirmar seguramente que a ideia de ausência de brasilidade na fronteira conformou o enredo de *Cidades e Sertões*, ao passo que em *Oeste Paranaense* o principal problema era a ausência de progresso no sertão, ainda que as questões nacionais já estivessem presentes na obra e fossem consideradas de extrema importância para o militar.

Outra passagem significativa sobre a desnacionalização da fronteira é encontrada na obra de Martinez, quando ele e sua comitiva, na estrada a caminho de Foz do Iguaçu, pedem informações a uma mulher que lhes responde em espanhol:¹⁶

[...] encontramos uma mulher a Cavallo, com um pequeno de oito annos. O animal espanta-se e a cavalleira salta, com agilidade, segurando as rédeas. É um typo perfeito de cabocla brasileira, que nos responde em hespanhol. Duvidamos da sua origem e inquirimol-a: sorri, mostrando uma fileira de dentes alvos e nos diz com visível satisfação.

— Soy brasileña, senhor [sic] gracias a Diós; pero como me crie entre paraguayos [...] (Martinez, 1925, p. 76).

As temáticas da grande presença estrangeira na região – entendendo-se como “paraguaios”¹⁷ todos os trabalhadores das obras – e da influência comercial e cultural argentina povoam a obra de Martinez e os escritos de muitos outros que estiveram na fronteira na primeira metade do século XX. Entretanto, *Sertões do Iguaçu* não se resume ao tema da influência estrangeira na fronteira. Outras questões ganham destaque, como a violência vivida por aqueles que trabalhavam na exploração da madeira e da erva-mate, a diversidade cultural da região e a cultura popu-

¹⁴ Essa passagem também chamou a atenção de Freitag (2001, p. 76 e 2007, p. 95), que a citou em sua dissertação de mestrado e em sua tese de doutorado. Entendemos que isso evidencia a importância desse fragmento da obra de Figueiredo (1937) para o estudo das questões fronteiriças e o debate sobre a desnacionalização da fronteira durante as primeiras décadas do século XX.

¹⁵ Trata-se da Questão de Palmas. A este respeito, ver Freitag (2007, p. 39-40).

¹⁶ Essa passagem já ocupou a atenção de outros historiadores. É o caso de Freitag (2007, p. 90) e de Wachowicz (1982, p. 130). Entendemos que isso demonstra o peso desse trecho da obra de Martinez, capaz de expressar contradições sobre a brasilidade na fronteira.

¹⁷ O termo “paraguaião” empregado pelos viajantes – e por parcela da historiografia acadêmica – é bastante complexo, pois, em muitos momentos, é usado como sinônimo de peão de obra. Por meio dele se designam as populações fronteiriças, falantes das línguas guarani e espanhola, principalmente os mestiços (em especial oriundos da mestiçagem entre indígenas guarani e hispano-americanos). O termo não se refere necessariamente à pessoa nascida no Paraguai e de maneira problemática acaba por obscurecer a presença indígena na fronteira.

lar e oral da fronteira. Todos esses elementos dão colorido especial às quase 200 páginas da belíssima obra escrita por Martinez e impossibilitam tratá-la de forma reducionista.

Na visita a Foz do Iguaçu, Martinez assumiu um discurso pacifista e de integração entre os três países fronteiriços. Embora constate o forte uso do espanhol, o autor nota também que a escola é um caminho para que as crianças tenham contato com a cultura brasileira e com os símbolos nacionais, e retorna a Curitiba satisfeito com a educação que viu na região (Martinez, 1925, p. 87-88).

Martinez parece ter sido o autor que melhor compreendeu a dinâmica própria da fronteira. Em determinado momento de seu livro, quando relata a navegação pelo rio Paraná em um vapor argentino, Martinez narra que os marinheiros se reuniram e começaram a cantar e tocar viola. Entre as músicas tocadas, o autor destaca “La posadeña”, que considera uma canção regional:

“La Posadenha” [sic] é uma canção inteiramente regional, dessas compostas pelos poetas populares que demandam águas e regiões do Paraná, entre Posadas na Argentina, e Guayra nas Sete Quedas. Posadas é a capital daquela região internacional, com o seu grande commercio, com os seus estaleiros, com os seus baars e com as suas mulheres (Martinez, 1925, p. 97).

“La posadeña” seria uma canção a uma mulher de Posadas, lugar conhecido justamente por suas mulheres e cabarés. Na passagem citada, Martinez capta o caráter internacional da região, que é não apenas uma localidade do Paraná, mas parte de uma espacialidade que abrange as três fronteiras. Assim, a música em espanhol sobre a mulher de Posadas é entendida como referência cultural não apenas local, mas uma espécie de hino de toda aquela região fronteiriça.

O fragmento anterior reforça ainda mais a impressão de que, para Martinez, a desnacionalização era de fato um problema da fronteira, mas não algo insolúvel. Nessa linha de raciocínio, Posadas, na Argentina, detinha a hegemonia regional por conta de seu progresso, materializado no comércio e nos estaleiros, ícones escolhidos pelo autor para representar a cidade e seu poder. Ao caracterizá-la por meio de elementos ligados ao desenvolvimento econômico e à técnica, Martinez situa a cidade em um enredo de progresso, explicando assim sua hegemonia na região. Posadas, portanto, seria hegemônica por ser dotada de progresso e, enquanto tal, um posto avançado da civilização. E podemos supor que o autor imaginava que tal quadro pudesse ser revertido quando os sertões do Iguaçu também fossem inseridos no progresso, integrando-se à civilização.

Isso não significa que Martinez estivesse despedido de preocupações nacionalistas. Como alerta Thompson

(1998), não podemos conceber os escritos de maneira dissociada das relações sociais, portanto não devemos separar as narrativas de Martinez de sua prática social e de seu projeto político. A viagem dele ao oeste paranaense tinha como objetivo aumentar a presença do Estado via expansão da educação formal e da alfabetização, e é evidente que esse empreendimento possuía conexões com um projeto nacional e com ideais de brasilidade. Para Martinez, a escola seria o caminho para o desenvolvimento fronteiriço e o abraqueiramento das populações imigrantes. Essa era a proposta, inclusive, da Liga Nacionalista, criada durante a Primeira Guerra Mundial e liderada por Júlio de Mesquita Filho, que estava à frente do diário *O Estado de S. Paulo* e defendia a construção de uma juventude nacionalista por meio da educação e da participação eleitoral (Bertonha, 2011, p. 114). Se, por um lado, os imigrantes causavam preocupação, principalmente por terem origem em países limítrofes ao Brasil, por outro era impossível, naquele momento, pensar em um oeste paranaense com outras populações, como os outrora tão idealizados imigrantes europeus, mesmo porque, no contexto da conflagração mundial, eles também passaram a ser vistos com desconfiança (Oliveira, 2012).

Para além do canônico: outros enredos de denúncia da desnacionalização da fronteira

Ao longo da investigação, encontramos críticas incisivas à desnacionalização da fronteira, contidas em obras de viajantes ainda pouco conhecidas, trabalhadas pela historiografia regional do oeste paranaense. Um desses livros, *Impressões de viagem à Fóz do Iguaçu e Rio Paraná* (1928), foi escrito por Manuel Carrão, médico, professor da Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná e chefe da Diretoria de Saúde do estado, integrante, portanto, do alto escalão do governo estadual. A motivação para a sua viagem à cidade de Foz do Iguaçu em 1928 foi a notícia de que havia ali uma epidemia de varíola (Carrão, 1928, p. 5), posteriormente não confirmada.

Em tom ufanista, Carrão (1928, p. 80) apresenta os grandes desenvolvimentos da “pátria”, que considera envolta em um “caráter sagrado”. Ao longo do livro, o autor frisa o crescimento econômico do país e as inovações tecnológicas e descobertas científicas efetuadas por brasileiros. Assim, o médico constrói um enredo em que o Brasil é apresentado como grande país, de enorme potencial, superado no continente americano somente pelos Estados Unidos.

Diante disso, Carrão se desconcerta com a situação da região de fronteira, com o que entende ser o descaso

de seus habitantes pelas autoridades e com a falta de uso da língua nacional: “Sem rebuscarmos muito, citaremos o Guayra, com uma população de 1.500 almas aproximadamente, onde só se falla o castelhano e o Guarany, sendo ali representado o Brasil apenas por uma duzia de filhos [sic]!” (Carrão, 1928, p. 77). Essa ausência de brasilidade era vista pelo autor como ameaça ao país:

*A protecção da zona fronteira é uma necessidade que se impõe e do que lamentavelmente não cogitamos até hoje, como verificamos ainda em nossa recente viagem, apesar do brado de alarme dos verdadeiros patriotas que não se cansam de clamar pela **nacionalização** de nossas fronteiras, as quaes existem grandes latifúndios em mãos de estrangeiros! (Carrão, 1928, p. 87; grifo no original).*

Observamos, porém, que esse debate não gira em torno de uma mera repulsa aos habitantes locais entendidos como estrangeiros (muitos deles nascidos no Brasil). Nesse período, a população do estado do Paraná era diminuta, e percebia-se que não seria possível adensá-la com habitantes nacionais. A questão central residia na rejeição à cultura daquelas populações – altamente híbrida¹⁸ com elementos indígenas (rotulados de paraguaios) e estrangeiros (não apenas argentinos e paraguaios) – e na crítica à falta de ação do Estado para homogeneizar essas sociedades, no sentido de intervir para que adquirissem elementos associados à cultura brasileira, como a língua portuguesa.

Outra preocupação de Carrão era a detenção por estrangeiros de latifúndios na região, o que implica questões de soberania nacional sobre o território brasileiro. Entretanto, isso não o impedia de ver essas propriedades com admiração, uma vez que classifica algumas delas de forma elogiosa, como a de Julio Tomás Allica,¹⁹ a quem atribui qualidades de “incansável” e “desbravador” (Carrão, 1928, p. 48-49). Ainda assim, o autor expressava o temor de que houvesse, através do oeste do Paraná, ataques à “integridade nacional” (Carrão, 1928, p. 89). Reforçamos, então, que a desnacionalização da fronteira não era vista como problema separado da noção de progresso, pois para Carrão era imperioso também desenvolver economicamente a região.

Também o general Lobato Filho, em *Fronteiras sudoeste* (1953), vê os latifúndios como ameaça. O autor,

de quem possuímos poucas informações, reuniu nesse livro textos escritos desde a década de 1920, que tratavam das regiões dos rios Paraná e Paraguai, de Joinville (Santa Catarina) e da região amazônica.

O autor relata ter escrito sobre os rios Paraná e Paraguai em Assunção, onde esteve a serviço do Exército brasileiro, instituição em que ocupou altos cargos. Entre as décadas de 1930 e 1950, Lobato Filho publicou diversos outros livros sobre temas militares ou sobre as regiões que conheceu (Lobato Filho, 1953, p. 18-20). A publicação se assemelha à de Lima Figueiredo, sendo realizada no Rio de Janeiro e, portanto, inserida em um circuito mais amplo, de nível nacional.

Um dos capítulos da obra se intitula “O Alto Rio Paraná (até 1927)” (Lobato Filho, 1953, p. 90). Assinado em fevereiro de 1925, o capítulo parece ter sido atualizado apenas em seus parágrafos finais. Apesar de ter circulado para um público mais amplo somente em 1953, o texto de Lobato Filho é o que apresenta o mais forte tom de denúncia da desnacionalização fronteiriça. Possivelmente, em períodos anteriores, o material tenha circulado internamente no Exército, pois, como afirma o autor, suas viagens foram realizadas em 1924 a serviço das Forças Armadas, em missões secretas, quando as tropas da Revolta de 1924²⁰ estavam estabelecidas no oeste do Paraná (Lobato Filho, 1953, p. 11).

A narrativa de Lobato Filho tem como fio condutor a ausência de brasilidade, ou seja, de cultura brasileira e de hegemonia do Estado nacional no Alto Paraná. O capítulo aponta minuciosamente dados e aspectos da região, como a navegabilidade do rio Paraná, características da população e as empresas que exploravam erva-mate e madeira.

Entre as preocupações do autor estão as condições militares do local e do rio Paraná no que tange ao acesso à região e ao transporte de equipamentos militares em caso de eventuais operações. Porém, a grande ênfase recai na falta de sentimento nacional brasileiro entre os moradores da região, onde se verificaria uma “estranha situação, moral, social, política, econômica e militar” (Lobato Filho, 1953, p. 126). O general faz uma leitura da situação na fronteira bastante nacionalista, observando a dinâmica regional na época (início da década de 1920) a partir dessa ótica, sentindo-se profundamente incomodado com a maciça presença comercial argentina no local.

¹⁸ Canclini (1997) construiu o conceito de hibridismo cultural por entender que as pessoas e grupos sociais não perdiam ou substituíam sua cultura por outra(s), mas se inseriam em um conjunto de trocas que podem combinar elementos novos aos antigos. É o que percebemos, por meio dos relatos de viajantes, em diversos grupos populares por eles retratados.

¹⁹ Julio Tomás Allica é um controverso obreiro, admirado por alguns autores como suposto promotor do progresso na fronteira e denunciado por outros como violento e bárbaro (Ballão, 1921; Cabanas, 1928; Carrão, 1928; Colodel, 1988).

²⁰ A Revolta de 1924 integrou o movimento tenentista e originou a Coluna Prestes. Composto majoritariamente por militares de baixa patente, o objetivo do movimento era impedir a posse do presidente eleito Artur Bernardes e reformar a república, entendida pelos militares rebeldes como corrupta e decadente. A este respeito, ver Cabanas (1928), Lanna Júnior (2003) e Wachowicz (1982).

Ao discutir o contrabando na fronteira, Lobato Filho consegue compreender que essa era uma forma de evitar que as mercadorias de Posadas chegassem ao oeste do Paraná com preços muito elevados, dado o difícil acesso à região por outras vias. O general critica também os baixos salários dos funcionários federais lotados no local em relação ao alto custo de vida (Lobato Filho, 1953, p. 120), o que favorecia a convivência com essa prática ilícita. Nesse momento, entretanto, Lobato Filho (1953, p. 118) traça uma espécie de perfil psicológico dos contrabandistas:

Como vimos acima, o comércio na costa brasileira está todo em mãos de argentinos. Se fossem comerciantes brasileiros, os seus interesses os incitariam ao contrabando, como é natural, ficando entretanto em alguns o remorso de haverem, pôde-se dizer, cometido um roubo contra a sua pátria. Tratando-se de estrangeiros, eles procedem dêsse modo, sem sobrecargo nenhum na consciência: pouco lhes importam os prejuízos do Brasil.

Ao apresentar psicologicamente a figura do contrabandista, o autor conclui que os brasileiros seriam preferíveis aos argentinos por acreditar que os primeiros ao menos sentiriam peso na consciência por lesar os cofres públicos nacionais. Elementos como esse demonstram um pouco do nacionalismo de Lobato Filho e o modo como constrói sua análise. Conforme destaca, a origem da desnacionalização da fronteira estaria na hegemonia comercial de Posadas em toda essa região, o que se fortalecia com a presença das obragens, apontadas todas como argentinas:

Estas empresas ocupam zonas de grande extensão em profundidade, compreendendo quasi todo o município de paranaense de Foz do Iguaçu.

Há outras empresas de menor vulto, mas tôdas argentinas.

Por êstes ligeiros traços se vê que o comércio e indústria brasileiros são nulos aí.

Foz do Iguaçu que é a cabeça do município, sede das autoridades do fisco federal e estadual depende comercialmente de Posadas (Lobato Filho, 1953, p. 115-116).

Na origem desse problema estaria a falta de vias que ligassem a região aos centros industriais do Brasil, em especial a São Paulo. Exceção a essa situação, de acordo com Lobato Filho, seria a Companhia Mate Laranjeira, que tinha ligação fluvial através do Rio Paraná, acima de Sete Quedas (saltos localizados em Guaíra), com o Porto

Tibiriçá, no estado de São Paulo, que por sua vez estava ligado à capital paulista através da ferrovia. Por meio dessa ligação, o autor cria que a maior parte dos produtos comprados pela empresa era do Brasil, utilizando-se o rio Paraná como hidrovia somente para as exportações destinadas à Argentina. Dessa maneira, o general confronta as explorações de erva-mate argentinas à brasileira, e destaca as virtudes da companhia nacional.

Em sua caracterização da região, fundamentada no tema da ausência de consciência nacional, Lobato Filho (1953, p. 117) destaca ainda como certos obrageiros (estrangeiros) operavam o corte predatório da erva-mate, não respeitando o período de pousio do produto, de quatro anos. Tal observação, é importante sublinhar, não deve ser vista como aleatória, pois enxergar a motivação para o corte predatório da erva-mate no fato de os mencionados obrageiros serem estrangeiros não é algo natural. Tal movimento, que poderia ser visto como resultante da vontade de acumular capitais mais rapidamente, é atribuído por Lobato Filho à falta de sentimento nacional, de modo a construir e reforçar seus projetos nacionalistas para a região.²¹

Além da falta de vias de comunicação entre o oeste paranaense e os centros industriais brasileiros, Lobato Filho (1953, p. 127) também destaca o problema das leis sobre fronteiras no Brasil:

Penso que é em virtude dessa deficiência que estamos presenciando êste fato alarmante, alarmante sobretudo para a defeza na vasta zona fronteira brasileira que se estende desde Ponta Porã até a cidade de Foz do Iguaçu, estão estabelecidas fortes empresas estrangeiras que só empregam trabalhadores de nacionalidade dos países fronteiriços (argentinos e paraguaios) e onde uma palavra em português é tão raro se ouvir como se ouvir pronunciar a palavra Brasil.

Sob a ótica do autor, tal situação não ocorria exclusivamente no oeste do Paraná, pois havia toda uma região mais ampla – que incluía o sul do estado de Mato Grosso, onde se situa Ponta Porã – cuja fronteira se encontrava com problemas, se não ameaçada. Sua perspectiva volta-se então para o interior das obragens, compreendendo a presença dos trabalhadores, considerados estrangeiros por não falarem português, como uma fragilidade e marca da vulnerabilidade fronteiriça. Esses elementos fariam desses trabalhadores potenciais habitantes descompromissados com o Brasil, não entrando o autor na questão das condições de vida e de trabalho que essas populações

²¹ Entre outras medidas, o autor propunha a construção de uma ferrovia que ligasse São Paulo a Assunção ou pelo menos até Guaíra. Lobato Filho (1953, p. 128-129) aponta que, para concretizar essa obra, não se deveria considerar apenas o aspecto econômico, mas principalmente a situação em que se encontrava a fronteira.

enfrentavam no dia a dia das obras, considerando-os, no limite, como parte de uma invasão estrangeira.

A língua, muito importante para o ideário nacionalista, foi também considerada estratégica pelo autor. Ao discutir uma espécie de geopolítica do Brasil com seus vizinhos, Lobato Filho afirma que nosso país estaria sempre em desvantagem, por falar português em meio a vizinhos cujo idioma oficial é o espanhol. O general entende que a língua seria responsável pelo estabelecimento de vínculos quase que automáticos, pois “O som do idioma é qualquer coisa assim como a voz materna. É irresistível” (Lobato Filho, 1953, p. 137). Portanto, o idioma criaria um vínculo orgânico entre as pessoas e as nações, o que torna o quadro desenhado pelo autor ainda mais alarmante para o Brasil.

Vale lembrar que a região da bacia do Prata era prioridade militar brasileira desde o império, existindo forte rivalidade com a Argentina, traduzida em uma “corrida naval” (Bertonha, 2011, p. 107) entre os dois países e o Chile na primeira década do século XX. Como afirmamos anteriormente, a participação brasileira na Primeira Guerra Mundial criou a sensação de que o país havia superado as rivalidades com os países vizinhos – que não participaram da conflagração mundial – e se tornado uma potência sul-americana, sentimento que Bertonha (2011, p. 111) trata como “ilusão”. A desconfiança para com os países limítrofes não era oriunda somente do temor de ações que atentassem contra a integridade territorial brasileira, mas também de cenários – como o verificado por Lobato Filho na fronteira – que testemunhariam contra o novo *status* que o Brasil almejava. Assim, era inadmissível a uma nação que pretendia se projetar entre as grandes do mundo não possuir o pleno controle de suas fronteiras.

Outros nacionalismos (possíveis): a língua guarani como símbolo de brasilidade

Ao longo da pesquisa, constatamos que havia vozes dissonantes sobre o uso de outras línguas que não o português pelas populações fronteiriças – elemento entendido por alguns viajantes quase como ameaça à integridade nacional. É o caso de Theophilo de Andrade em *O Rio Paraná no roteiro da marcha para o Oeste* (1941). Partindo de São Paulo, o autor viajou em 1938 pela região do rio Paraná, entre os estados de São Paulo, Mato Grosso e Paraná, a fim de levantar as potencialidades econômicas desses locais e visitar as Sete Quedas, conforme afirma em seu livro (Andrade, 1941).

Sobre o autor, conseguimos obter poucas informações.²² O que se sabe é que Theophilo de Andrade foi um importante jornalista, que atuou em periódicos como *A Noite*, do Rio de Janeiro (Andrade, 1941), e *O Jornal* (Mario Vianna, 2019), além de ter colaborado com a revista *Diretrizes: Política, Economia, Cultura* (Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa, 2019). A editora pela qual publicou seu livro é a mesma que 12 anos depois lançaria a obra de Lobato Filho, o que pode evidenciar uma linha editorial voltada a obras sobre regiões menos conhecidas dos grandes centros urbanos do país. Investiu-se na qualidade gráfica da obra, que apresenta muitas fotografias. O texto é escrito dentro da ideologia da Marcha para o Oeste, do governo Vargas, fazendo-se sentir tal marca na estruturação dos capítulos e nas formas como o autor observa os locais por onde viajou.

Andrade também absorve o nacionalismo da época, destacando a desnacionalização da fronteira em Foz do Iguaçu, os problemas existentes nas vias de comunicação e a atuação de certas empresas estrangeiras na região (Andrade, 1941, p. 60-62). Todavia, o jornalista se diferencia dos demais autores por não perceber os trabalhadores das obras apenas como estrangeiros ou paraguaios, mas como sujeitos diversos entre si, com marcante presença indígena (Andrade, 1941). Sobre as línguas faladas na região, o autor destaca que o português era usado somente pelo “pessoal superior” da Companhia de Viação São Paulo-Mato Grosso (que fazia a navegação fluvial entre Guaíra e o Porto Tibiriçá) e da Companhia Mate Laranjeira (Andrade, 1941, p. 126). O idioma predominante ali, segundo observa, é o guarani, o que o leva a afirmar que

Precisamos confessar que, longe de nos escandalizarmos, ficamos até encantados em ouvir aquele idioma cantante, monossilábico, primitivo e doce, que teve no Padre Anchieta um de seus primeiros gramáticos. Porque – não devemos esquecê-lo – o guarani, embora sendo paraguaio [único país que o reconhece como língua oficial], é também nosso, pois foi a “língua geral” praticada, durante o tempo da colônia, em todo o nosso território, pelos povos tupís-guaranis (Andrade, 1941, p. 126).

Na sequência, Andrade lembra o uso do guarani pela população de lugares como o Paraguai e o estado brasileiro do Rio Grande do Sul, e também recorda o uso doméstico dessa língua em São Paulo, ainda no século XIX, frisando que o idioma era muito falado no Brasil durante o período colonial (Andrade, 1941, p. 126-127).

²² Não confundir com o filho do autor, Teófilo Ribeiro de Andrade Filho, deputado federal na década de 1960, cuja biografia pode ser encontrada em Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV, 2019).

O autor afirma ainda que os trabalhadores estrangeiros não influenciavam a região – portanto, não eram uma ameaça –, provavelmente por observar as relações sociais que os submetiam e por entender que seus filhos aprenderiam português na escola, ainda que continuassem a fazer uso doméstico do guarani. Isso não incomodava Andrade (1941, p. 127), talvez por considerar o guarani uma língua “primitiva” (Andrade, 1941, p. 126), ou seja, no conjunto de valores do autor, o idioma seria inferior ou atrasado e, portanto, fadado ao desaparecimento (ou ao menos à estagnação), como aconteceu em outras regiões brasileiras.

Mesmo imbuído de um forte ideal de progresso, dentro da ideologia do Estado Novo – entendendo povos como divididos entre selvagens ou civilizados –, e do nacionalismo desse período, para Andrade o guarani não seria um entrave à nacionalização. Pelo contrário, o idioma seria outro elemento da nacionalidade brasileira buscada então na Marcha para o Oeste, entendida pelo autor como iniciada ainda no Brasil colonial pelos bandeirantes, falantes do guarani. Essa língua, portanto, encontrava guarida nos ideais nacionalistas de Andrade. O próprio aspecto estrangeiro dos trabalhadores das obras era visto como decorrente do caráter “danubiano” do rio Paraná (Andrade, 1941, p. 120), referindo-se ao fato desse rio atravessar diferentes países da América do Sul, tal qual o rio Danúbio faz em seu curso pela Europa.

Apesar de escrever com base em uma posição social privilegiada, observando os trabalhadores das fazendas e a população dos sertões de maneira estereotipada, dentro de um ideal de progresso típico de seu tempo, Theophilo de Andrade foi um dos poucos que, além de se preocupar com essas populações fronteiriças, conseguiu exercer minimamente a alteridade em relação à sua cultura, mesmo que tal exercício só tenha sido possível porque os referentes culturais dos habitantes da fronteira faziam sentido dentro de seus ideais de nação.

Considerações finais

Após toda esta exposição, gostaríamos de retomar alguns pontos da discussão. Acerca das denúncias sobre a desnacionalização da fronteira, alertamos que não podemos tomá-las como única possibilidade de entender a região durante a primeira metade do século passado. Tal perspectiva não é coerente com o conjunto maior de fontes

arroladas na pesquisa, que demonstram uma diversidade de interpretações sobre a realidade fronteiriça, apontando para a interação dinâmica entre brasileiros, argentinos, paraguaios e indígenas.²³ Infelizmente, não foi possível explorar essa questão em profundidade neste texto, o que pretendemos fazer em outra oportunidade. Por essa razão, nos contentamos aqui em recortar os discursos de viés nacionalista, mas sempre reforçando que as obras dos viajantes estudados vão muito além disso.

Além disso, não podemos usar as memórias da pretensa falta de brasilidade na fronteira para sacramentar o processo de nacionalização fronteiriça, empreendida por políticas públicas e pela iniciativa privada na década de 1940 em diante. Em especial, consideramos problemáticas as colonizações ocorridas na região, quando os latifúndios ocupados pelas obras – após a decadência da erva-mate motivada pela adoção de leis protecionistas pela Argentina (Wachowicz, 1982, p. 156-159) – foram comprados por empresas imobiliárias privadas, parcelados em áreas menores e vendidos principalmente a pequenos e médios produtores rurais. Tais empreendimentos tentaram privilegiar agricultores migrantes sulistas de origem europeia, em detrimento das populações mestiças que já habitavam a região, e embora tais planos não tenham se concretizado integralmente, é fato que os grupos sociais já estabelecidos no oeste paranaense durante a primeira metade do século XX acabaram sendo socialmente marginalizados.²⁴

Diversos trabalhos mais recentes sobre a região estudada têm entendido os empreendimentos colonizatórios como ação nacionalizadora que pôs fim ao pretenso abandono da fronteira.²⁵ Isso, em nossa opinião, naturaliza no campo historiográfico o caráter excludente daqueles projetos, pois não entendemos ser obra do acaso o fato de os paraguaios e seus descendentes serem, até hoje, trabalhadores pobres, habitantes das periferias urbanas da região. Tampouco consideramos normal o fato de as populações indígenas da fronteira, tantas vezes invisibilizadas, habitarem as poucas e populosas terras indígenas, oficiais ou ainda carentes de regularização.

É por isso que voltar aos relatos de viagem da primeira metade do século XX é tão importante. Ali, personalidades como Martinez e Andrade, mesmo integrando grupos dominantes do Paraná e do Brasil, traçaram planos para outro tipo de nacionalização da fronteira, que não excluísse as populações entendidas como paraguaias e

²³ Uma narrativa de viagem ao oeste paranaense que destoa em diversos aspectos do enredo de desnacionalização da fronteira é a de Jayme Ballão (1921), político e jornalista curitibano que acompanhou a comitiva do governador Affonso Camargo em visita à região para inaugurar obras de melhoramentos da estrada que ligava a capital estadual a Foz do Iguaçu, em 1920. Em uma das passagens do livro, o autor cita um jantar oferecido pelo obreiro Julio Tomáz Allica ao governador e seu grupo. Na ocasião, um discurso foi lido, em espanhol, por um dos funcionários da obra, que tratava o patrão como grande promotor do progresso no sertão. Entre as questões levantadas nessa fala, está a exploração de erva-mate em áreas superiores à concessão oficial do Estado, prática que renderia a Allica críticas de Wachowicz (1982, p. 63). Tal discurso não parece ter incomodado Ballão, que o reproduziu integralmente no livro, sem ter se preocupado sequer em traduzi-lo para o português. Para mais sobre Ballão, ver Langaro (2018a).

²⁴ Infelizmente não pudemos aprofundar tal questão ao longo deste artigo. Para maiores detalhes, sugerimos a leitura de Langaro (2018a).

²⁵ Entre os trabalhos que atuam nessa perspectiva, estão: Bragagnollo *et al.* (1988); Colodel (1988, 1992); Grondin (2007); Niederauer (2004).

que, minimamente, não enxergasse a diversidade cultural como entrave ao desenvolvimento. Esses autores revelam a riqueza de uma “região internacional” (Martinez, 1925, p. 97), em que culturas atravessavam fronteiras que, longe de erguer muros a separar seres humanos, os colocavam em interação, ainda que esta não fosse harmônica ou pacífica.

Entretanto, fica claro que os projetos e práticas nacionalizadoras adotadas pelo Estado brasileiro – seja na esfera federal ou estadual –, ou propugnadas por seus agentes e pelos viajantes que estudamos, não levavam em consideração os interesses e as perspectivas de vida das populações fronteiriças. Talvez por isso a existência humana na região tenha frequentemente sido vista através de clichês e estereótipos nos livros de relatos de viagem. Encaradas ora como entraves, ora como possibilidades para os planos governamentais, é notório que as populações fronteiriças não eram enxergadas como interlocutores para se pensar tais projetos, marcados pela falta de diálogo.

Por outro lado, fica evidente que havia na região todo um quadro étnico-racial e cultural marcado por uma grande diversidade que as narrativas dos viajantes tentam simplificar. Ainda assim, conseguimos percebê-lo ao tomar o lugar social e valores culturais dos autores como filtro, tal qual apontado por Barreiro (2002). Assim, é perceptível que muitos dos trabalhadores das obras, chamados de paraguaios, eram indígenas, tendo sua presença na região invisibilizada pelas narrativas dos viajantes. Tomar essas narrativas acriticamente significaria realimentar tal processo de invisibilização.

Essas são questões de extrema importância que pretendemos retomar em publicações futuras, haja vista a impossibilidade de explorá-las com a devida profundidade dentro dos limites deste artigo.

Referências

- ANDRADE, T. 1941. *O Rio Paraná no roteiro da Marcha para o Oeste*. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 165 p.
- BALLÃO, J. 1921. *A Foz do Iguassú e as Cataratas do Iguassú e do Paraná (Descrição de viagem) 1920*. Curitiba, Typ. d'A República, 60 p.
- BARREIRO, J.C. 2002. *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência*. São Paulo, Editora Unesp, 243 p.
- BERTONHA, J.F. 2011. *A primeira guerra mundial: o conflito que o mudou o mundo (1914-1918)*. Maringá, Eduem, 136 p.
- BRAGAGNOLLO, R.; MACIEL, C.F.; SILVA, O. 1988. *Toledo e sua história*. Toledo, Prefeitura Municipal de Toledo, 495 p.
- CABANAS, J. 2014. *A columna da morte: sob o commando do tenente Cabanas*. Rio de Janeiro, Almeida & Torres, 1928. 366 p.
- CANCLINI, N.G. 1997. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo, Edusp, 385 p.
- CAPELATO, M.H.R. 2007a. Estado Novo: novas histórias. In: M.C. FREITAS (org.), *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo, Contexto, p. 183-213. 476 p.
- CAPELATO, M.H.R. 2007b. Estado Novo: o que trouxe de novo? In: J. FERREIRA; L.A.N. DELGADO (org.), *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 107-143. 376 p.
- CARRÃO, M. 1928. *Impressões de viagem à Foz do Iguassú e Rio Paraná*. Curitiba, Imprensa R. S. Francisco, 90 p.
- CARVALHO, J.M. 1990. *A formação das almas: o imaginário da república do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 166 p.
- CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E APOIO À PESQUISA (CEDAP-UNESP). 2011. Catálogo de periódicos. Disponível em: http://www2.assis.unesp.br/cedap/cat_periodicos/popup3/diretrizes.html. Acesso em: 25/01/2011.
- CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC-FGV). 2019. Teófilo Ribeiro de Andrade Filho: verbete. Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/teofilo-ribeiro-de-andrade-filho>. Acesso em: 26/08/2019.
- COLODEL, J.A. 1992. *Matelândia: história & contexto*. Matelândia, Prefeitura Municipal; Cascavel, Assoeste, 436 p.
- COLODEL, J.A. 1988. *Obrages e companhias colonizadoras: Santa Helena na história do oeste paranaense até 1960*. Santa Helena, Prefeitura Municipal, 292 p.
- FERREIRA, M.M.; PINTO, S.C.S. 2003. A crise dos anos 1920 e a revolução de 1930. In: J. FERREIRA; L.A.N. DELGADO (org.), *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. p. 387-416, 446 p.
- FIGUEIREDO, L. 1941. *Cidades e sertões: páginas de história e geografia do Brasil*. Rio de Janeiro, Gráficos Bloch, 232 p.
- FIGUEIREDO, L. 1937. *Oeste Paranaense*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 197 p.
- FREITAG, L.C. 2007. *Extremo-oeste paranaense: história territorial, região, identidade e (re)ocupação*. Franca, SP. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 208 p.
- FREITAG, L.C. 2001. *Fronteiras perigosas: migração e brasilidade no extremo-oeste paranaense (1937-1954)*. Cascavel, Edunioeste, 140 p.
- FROTSCHER, M. 2007. *Identidades móveis: práticas e discursos das elites de Blumenau (1929-1950)*. Blumenau, Edifurb, 240 p.
- GRONDIN, M. 2007. *O alvorecer de Toledo: na colonização do oeste do Paraná (1946-1949)*. Marechal Cândido Rondon, Germânica, 338 p.
- GRUPO MEMÓRIA POPULAR. 2004. Memória popular: teoria, política, método. In: D.R. FENELON; L.A. MACIEL; P.R. ALMEIDA; Y.A. KHOURY (org.), *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo, Olho d'Água, p. 282-295. 313 p.
- JANOTTI, M.L.M. 2007. O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da república. In: M.C. FREITAS (org.), *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo, Contexto, p. 119-139. 476 p.
- LANGARO, J.F. 2018a. De sertão a região: história, memória e regionalismo na fronteira Brasil-Paraguai-Argentina. In: L. BALLER; H.C. CAMPOS; A. GEBARA (org.), *Leituras de fronteiras: trajetórias, histórias e territórios*. Jundiaí, Paco Editorial, p. 139-151. 360 p.
- LANGARO, J.F. 2012. *Quando o futuro é inscrito no passado: “colonização” e “pioneirismo” nas memórias públicas de Toledo-PR (1950-2010)*. São Paulo, SP. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 470 p.

- LANGARO, J.F. 2018b. Sertão, civilização e progresso: olhares sobre a fronteira Brasil-Paraguai-Argentina (1896-1937). *Territórios & Fronteiras*, **11**(1):152-176.
<http://dx.doi.org/10.22228/rt-f.v11i1.806>
- LANNA JÚNIOR, M.C.M. 2003. Tenentismo e crises políticas na primeira república. In: J. FERREIRA; L.A.N. DELGADO (org.), *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 313-350. 446 p.
- LENHARO, A. 1986. *Sacralização da política*. Campinas, Papirus; Editora da Unicamp, 216 p.
- LOBATO FILHO, G. 1953. *Fronteiras sudoeste*. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 241 p.
- MACIEL, L.A. 1998. *A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da "Comissão Rondon"*. São Paulo, Educ, 319 p.
- MÁRIO VIANNA. 2010. Cronologia da vida do jornalista. Disponível em: <http://no.comunidades.net/sites/mar/mariovianna/index.php?pagina=1516823140>. Acesso em: 25/08/2019.
- MARTINEZ, C. 1925. *Sertões do Iguassú*. São Paulo, Cia. Graphico-Editora Monteiro Lobato, 190 p.
- MYSKIW, A.M. 2009. *A fronteira como destino de viagem: a Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1888/1907)*. Niterói, RJ. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 245 p.
- MURICY, José. 1896. À Foz do Iguassú: *Ligeira descrição de uma viagem feita de Guarapuava à colônia da Foz do Iguassú em novembro de 1892*. Curitiba, Imprensa Paranaense, 45 p.
- NASCIMENTO, D. 1903. *Pela fronteira*. Curitiba, [s.n.], 228 p.
- NIEDERAUER, O.H. 2004. *Toledo no Paraná: a história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso*. Toledo, Tolegraf, 285 p.
- OLIVEIRA, M. 2012. A cidade de Curitiba e os imigrantes alemães durante a Primeira Guerra Mundial, uma análise da imprensa local. *Cadernos CERU*, **23**(2):175-202.
- PERAZZO, P.F. 2009. *Prisioneiros da guerra: os "Súditos do Eixo" nos campos de concentração brasileiros (1942-1945)*. São Paulo, Humanitas, 384 p.
- QUEIROZ, P.R.C. 2015. A Companhia Mate Laranjeira, 1891-1902: contribuição à história da empresa concessionária dos ervais do antigo sul de Mato Grosso. *Territórios & Fronteiras*, **8**(1):204-228.
<http://dx.doi.org/10.22228/rt-f.v8i1.336>
- RESENDE, M.E.L. 2003. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: J. FERREIRA; L.A.N. DELGADO (org.), *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 89-120. 446 p.
- THOMPSON, E.P. 1998. *Costumes em comum*. São Paulo, Companhia das Letras, 528 p.
- VELLOSO, M.P. 2003. O modernismo e a questão nacional. In: J. FERREIRA; L.A.N. DELGADO (org.), *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 351-386. 446 p.
- WACHOWICZ, R.C. 1982. *Obrageiros, mensus e colonos: história do oeste paranaense*. Curitiba, Vicentina, 206 p.

Submetido em: 28/06/2019

Aceito em: 27/08/2019